

Aprovada na 989ª sessão

ALADI/CR/Ata 985
24 de janeiro de 2008
Horário: 10h10m às 12h30m

ATA DA 985ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
2. Autoridades do Comitê de Representantes para o primeiro semestre do ano 2008.
3. Assuntos em Pauta.
4. Consideração das atas correspondentes às 983ª e 984ª sessões.
5. Ordem de votação nominal do Comitê de Representantes (artigo 20 da Resolução 1 do Comitê).
6. Consideração dos Projetos de Resolução para a Décima Quarta Reunião do Conselho de Ministros. (ALADI/CR/dt 201, 202, 203, 204, 205, 206 e 207).
7. Assuntos Diversos.
 - Proposta da OMC para realizar curso sobre compras governamentais.

Presidem:

GONZALO RODRÍGUEZ GIGENA

FRANKLIN GONZÁLEZ

Assistem: Federico Villegas, Roxana Cecilia Sánchez, Beatriz Vivas de Lezica e Mariana Plaza (Argentina), Marcelo Janko Alvarez e Javier Jiménez Pinaya (Bolívia), José Humberto de Brito Cruz, Liliam Beatris Chagas de Moura e Ivana Marília Gurgel (Brasil), Oscar Quina Truffa e Hernán Enrique Nuñez Montenegro (Chile), Alfonso Soria Mendoza (Colômbia), Marielena Ruíz Capote e Mirna Martínez Ajuria (Cuba), Edmundo Vera Manzo e Vladimir Jarrín (Equador), Cassio Vitale Luiselli Fernández, Dora Rodríguez Romero e Ricardo Lozada Caballero (México), Víctor Verdún Bitar e Roberto Pauly Fernández (Paraguai), Max de la Fuente Prem e Eric Anderson Machado (Peru), Gonzalo Rodríguez Gigena, Linda Rabbaglietti e Álvaro Ángel Malmierca Guillama (Uruguai), Franklin Ramón González, Luisa López Moreno e Ramón José París García (Venezuela) e John Biehl del Rio (OEA).

Secretário-Geral: Didier Operti Badán.

Subsecretários: José Rivera Banuet e Isaac Maidana Quisbert.

PRESIDENTE. Bom dia a todos. Bem-vindos, começamos nossa primeira sessão neste ano de 2008. Espero que todos venham com energia e valor para enfrentar os compromissos que temos pendentes.

1. Aprovação da Ordem do Dia

...Sendo esta a primeira sessão, corresponde, em primeiro lugar, aprovar a Ordem do Dia. Existe alguma Representação que tenha observações a esse respeito?

Não havendo observações, dá-se por aprovada.

2. Autoridades do Comitê de Representantes para o primeiro semestre do ano 2008

...O segundo ponto da Ordem do Dia é a constituição das Autoridades do Comitê de Representantes para o primeiro semestre do ano 2008.

Ofereço a palavra à Secretaria-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhor Presidente.

Esta intervenção tem fins meramente informativos. Conforme o disposto no artigo 6 da Resolução 1 do Comitê de Representantes que regulamenta seu funcionamento para o

primeiro semestre do ano 2008, corresponde a Presidência ao senhor Representante Permanente da Venezuela e as Vice-presidências ao senhor Representante Permanente do Uruguai e ao senhor Representante Permanente da Argentina.

Isso é o que corresponde informar, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Secretaria.

Convido o Embaixador Franklin González a aproximar-se para assumir a Presidência do Comitê pelo período que corresponde.

- Assume a Presidência o Representante Permanente da Venezuela.

- O Embaixador González entrega ao Embaixador Rodríguez Gigena a sineta recordativa, utilizada durante sua gestão como Presidente do Comitê no segundo semestre do ano 2007.

Reitero o bom dia, esperando que os dias finais do ano de 2007 tenham sido dias de alegria, entusiasmo com suas famílias, com seus namorados, namoradas, suas esposas e seus filhos, que esses dias finais de 2007 tenham sido de muito trabalho também em seus respectivos países, para quem teve de viajar. Que este ano de 2008 seja muito melhor que 2007, e que o trabalho não somente aumente, mas que, além, disso, a produção seja muito maior.

3. Assuntos em Pauta

...Vamos ao terceiro ponto da Ordem do Dia, que é Assuntos em Pauta.

Como de praxe neste caso, tem a palavra a Secretaria-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhor Presidente. Com a devida vênia, solicito à funcionária da área a respectiva informação.

SECRETARIA (Daniela Duarte Alvez). Bom dia. Dentro dos assuntos em pauta, destacamos:

A Representação da Argentina para o MERCOSUL e a ALADI comunica as seguintes promoções:

Da senhora María Cristina Boldorini à categoria de Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária; do senhor Guillermo Daniel Raimondi à categoria de Ministro Plenipotenciário de Primeira Classe; da senhora Mariana Edith Plaza à categoria de Secretária de Embaixada de Segunda Classe.

Essa Representação também comunica que foi designado o Ministro Federico Villegas, que já assumiu suas funções.

A Representação Permanente da Bolívia comunica que a Conselheira María Teresa Menacho Ríos cessou suas funções a partir de 1º de janeiro.

A Delegação Permanente do Brasil comunica o cese de funções do Conselheiro Antônio Alves Júnior, que partirá proximamente a Assunção, Paraguai.

A Delegação Permanente do Brasil também comunicou que Regiane Mara Gonçalves de Melo foi promovida ao cargo de Primeira Secretária.

Essa Delegação também comunica que José Gilberto Scandiucci Filho foi promovido ao cargo de Primeiro Secretário.

A Representação Permanente do Equador comunica o cese de funções do Segundo Secretário Álvaro Garcés Egas.

No que se refere às contribuições ao orçamento da Associação recebidas, temos a contribuição do México no montante de US\$ 879.237,29; do Peru, no montante de US\$ 346.738.00; do Uruguai, no montante de US\$ 231.175,00, e da Venezuela, no montante de US\$ 21.472,37.

No que se refere aos convites recebidos, destacamos que o Ministério das Relações Exteriores do Peru convida o Secretário-Geral a participar da V Encontro de Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da América Latina, do Caribe e da União Européia, em Lima, 16 de maio de 2008. Isso é tudo. Obrigada.

“1. Representação da Argentina para o MERCOSUL e a ALADI. Nota EMSUR - CR.Nº 2/08, de 07/01/2008.

Comunica a promoção da funcionária María Cristina Boldorini à categoria de Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária.

2. Representação da Argentina para o MERCOSUL e a ALADI. Nota EMSUR - CR.Nº 1/08, de 07/01/2008.

Comunica a promoção do funcionário Guillermo Daniel Raimondi à categoria de Ministro Plenipotenciário de Primeira Classe.

3. Representação da Argentina para o MERCOSUL e a ALADI. Nota EMSUR - CR.Nº 4/08, de 10/01/2008.

Comunica que o Ministro Federico Villegas assumiu funções na data.

4. Representação da Argentina para o MERCOSUL e a ALADI. Nota EMSUR - CR.Nº 3/08, de 07/01/2008.

Comunica a promoção à categoria de Secretária da Embaixada de Segunda Classe da funcionária Mariana Edith Plaza.

5. Representação Permanente da Bolívia junto à ALADI. Nota Nº REPBOL-ALADI/002/08, de 10/01/2008.

Comunica que, por disposição de seu Governo, a Conselheira María Teresa Menacho Ríos cessou suas funções a partir de 1º de janeiro do ano corrente.

6. Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota Nº 05, de 14/01/2008.

Comunica o cese de funções do Conselheiro Antônio Alves Júnior, que partirá proximamente a Assunção, Paraguai.

7. Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota Nº 14, de 21/01/2008.

Comunica que Regiane Mara Gonçalves de Melo foi promovida ao cargo de Primeira Secretária.

8. Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota Nº 15, de 21/01/2008.

Comunica que José Gilberto Scandiucci Filho foi promovido ao cargo de Primeiro Secretário.

9. Representação Permanente do Equador junto à ALADI. Nota Nº 72/2007, de 21/12/2007.

Comunica o cese de funções do Segundo Secretário Álvaro Garcés Egas.

10. Representação da Argentina para o MERCOSUL e a ALADI. Nota Nº 165/07, de 27/12/2007.

Comentários ao "Projeto de Regulamento da Comissão Administradora do Acordo-Quadro para a Promoção do Comércio mediante a Superação de Barreiras Técnicas ao Comércio".

Publicado como documento ALADI/CR/di 2623.

11. Representação Permanente do Chile junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota Nº 05, de 11/01/2008.

Envia comentários do Ministério de Economia, Fomento e Reconstrução ao "Projeto de Regulamento da Comissão Administradora do Acordo-Quadro para a Promoção do Comércio mediante a Superação de Barreira Técnicas ao Comércio".

Publicado como documento ALADI/CR/di 2624.

12. Representação Permanente do Equador. Nota Nº 01, de 08/01/2008.

Comunica a conformidade da entidade competente com o "Projeto de Regulamento da Comissão Administradora do Acordo-Quadro para a Promoção do Comércio mediante a Superação de Barreira Técnicas ao Comércio".

Publicado como documento ALADI/CR/di 2625.

13. Representação Permanente do Uruguai junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota Nº 983/07, de 21/12/2007.

Comentários ao "Projeto de Regulamento da Comissão Administradora do Acordo-Quadro para a Promoção do Comércio mediante a Superação de Barreira Técnicas ao Comércio".

Publicado como documento ALADI/CR/di 2616.

14. Contribuições ao orçamento da Associação recebidas:

México: no montante de US\$ 879.237,29, correspondente à contribuição do ano 2007.

Peru: no montante de US\$ 346.738.- correspondente ao saldo da quota do ano de 2004 pelo montante de US\$ 172.619.- e quitação da quota de 2005, US\$ 174.119.-

Uruguai: no montante de US\$ 231.175,00 - quita contribuição de 2007.

Venezuela: por US\$ 21.472,37 correspondentes à quitação custos financeiros 2006, US\$ 9.021.72, custos financeiros 2007 US\$ 7.049,34 e a conta contribuição 2008 US\$ 5.401.31.

15. Convites recebidos:

Ministério das Relações Exteriores do Peru. Convida o Secretário-Geral para participar do V Encontro de Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da América Latina, Caribe e União Européia, Lima, 16 de maio de 2008.

Comissão Econômica para América Latina - CEPAL. Convida o Secretário-Geral para que assista como participante de um painelistas ao Seminário de Lançamento da Rede Regional para América Latina e Caribe da Aliança Global para o Desenvolvimento das TIC (GAID), San Salvador, 4-5 de fevereiro de 2008.

Sistema Econômico Latino-Americano e Caribe - SELA. Convida o Secretário-Geral a participar da Reunião Regional: "A Relações América Latina e Caribe – União Européia" e da V Reunião de Cúpula Birregional de Lima, Caracas, 28-29 de fevereiro de 2008.

16. Relatório mensal sobre o comportamento da despesa orçamentária –janeiro –novembro 2007- (ALADI/SEC/di 2119).

17. Relatório da situação financeira da Associação em 30 de novembro de 2007 (ALADI/SEC/di 2120).

18. Atividades e instrumentos gerados em matéria de energia no âmbito dos países da ALADI (ALADI/SEC/di 2122).

19. Glossário de termos logísticos 2008 (ALADI/SEC/Estudo 180.1).

20. Projeto de Resolução – Regime Geral de Origem (ALADI/CR/dt 202).

21. Projeto de Resolução – Regime Regional de Salvaguardas (ALADI/CR/dt 203).

22. Projeto de Resolução – Espaço de Livre Comércio, Aprofundamento da liberação (ALADI/CR/dt 204).

23. Projeto de Resolução – Convocação da Conferência de Avaliação e Convergência (ALADI/CR/dt 205).

24. Projeto de Resolução - Diretrizes para a Conferência de Avaliação e Convergência (ALADI/CR/dt 206).

25. Projeto de Resolução – Diretrizes para a elaboração de um Regime Regional de Solução de Controvérsias (ALADI/CR/dt 207).”

PRESIDENTE. Obrigado. Há alguma Representação que queria fazer alguma consideração? Caso negativo, passamos ao quarto ponto.

4. Consideração das atas correspondentes às 983a. e 984a. sessões

... Consideração das atas correspondentes às 983a. e 984a. sessões. Neste momento, ambas as atas estão à consideração.

Está aberto o direito à palavra.

A Representação da Argentina tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Roxana Cecilia Sánchez). Bom dia. Muito obrigada, Presidente. Simplesmente para assinalar que no Projeto de ata da reunião 984, na página 4, quando se refere à Representação da Argentina, corresponde indicar que quem faz uso da palavra é Ricardo Hartstein, e não Juan Carlos Olima. Obrigada.

PRESIDENTE. Tomamos nota dessa observação. Tem a palavra a Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). A respeito da ata 984, fiz umas revisões não de fundo, mas sim formais, e entreguei para a Secretaria a versão exata do que diz respeito a minhas observações.

PRESIDENTE. Tomar-se-á a devida nota.

Segue aberto o direito à palavra.

Não havendo outra observação, aprovamos as duas atas, 983^a e 984^a, e incorporamos as observações feitas pelas Representações da Argentina e do Equador.

5. Ordem de votação nominal do Comitê de Representantes (artigo 20 da Resolução 1 do Comitê)

...Então, passaríamos ao quinto ponto, referente à ordem de votação nominal do Comitê de Representantes, de acordo ao artigo 20 da Resolução 1 do Comitê.

Como se sabe, no início de cada ano, na primeira sessão, como é o caso, estabeleceu-se, mediante um sorteio, a ordem na qual as Representações emitirão seu voto nos casos necessários de votações nominais. Então procederíamos ao sorteio.

SECRETÁRIO-GERAL. Chile, Equador, Cuba, Brasil, Colômbia, Bolívia, México, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela, Argentina.

Muito obrigado.

PRESIDENTE. Toma-se a devida nota. Não sei, por coisas do destino, houve a seqüência Uruguai, Venezuela e Argentina, ou seja, a Presidência e as duas Vice-presidências, mas essas coisas acontecem às vezes.

Não havendo inconvenientes, passamos ao ponto número 6.

6. Consideração dos Projetos de Resolução para a Décima Quarta Reunião do Conselho de Ministros (ALADI/CR/dt 201, 202, 203, 204, 205, 206 e 207)

...O ponto número 6 refere-se à Consideração dos Projetos de Resolução para a Décima Quarta Reunião do Conselho de Ministros.

De acordo com a decisão tomada no último Comitê do ano passado, iríamos circular os Projetos de Resolução, e neste momento procederia aos Coordenadores de cada um dos Grupos fazer a apresentação dos mesmos. Neste caso vamos passar a palavra, em primeiro lugar, creio que por razões substanciais e de peso das Resoluções, à Representação do Chile para que nos faça uma breve síntese dos Projetos referentes a este Grupo de Trabalho de Normas e Disciplinas.

Representação do CHILE (Oscar Quina Truffa). Obrigado, Presidente. Em primeiro lugar, quero felicitá-lo por sua nomeação e não tenho dúvidas de que terá as melhores condições para orientar e dirigir nossos debates no decorrer deste primeiro semestre, e já aproveito e desejo também muita sorte, pois isso às vezes ajuda.

No que diz respeito aos Projetos de Resolução, penso que o tema de salvaguarda foi bastante discutido, vou resumir, digamos, os critérios com que foram feitos esses trabalhos de limpar colchetes e tirar algumas observações a respeito dos mesmos, especialmente em origem e controvérsias, incluindo também salvaguarda.

A idéia foi -e compreendo que, no mínimo, não nos dê plena satisfação o conteúdo dos mesmos- sempre buscar certo lugar comum que nos aproxime, pelo menos para conformar alguma maioria, e já veremos se assim o foi. Em origem, trabalhou-se exatamente com o mesmo critério, em particular com a preocupação de não retroceder em relação ao que já havíamos discutido. Penso que devemos ser muito cautelosos no avanço das discussões, e em alguma medida vale o mesmo para salvaguarda.

Do ponto de vista do Coordenador, vejo a necessidade de ter definidos esses mandatos, primeiramente pela solicitação dos próprios especialistas que vieram assinalando o fato substantivo de ter um âmbito de aplicação em todas essas matérias. Algo temos naquilo, penso que nos serve, pelo menos para ter um âmbito sobre o qual nos mover em um processo de negociação, que oxalá possa ser realizado o quanto antes, porque, ao menos a minha Representação não tem dúvida da importância dessas matérias e da necessidade de contar com elas o quanto antes também.

Queremos, então, ressaltar um só fato adicional, relacionado mais com uma visão política do que técnica. É-nos sumamente necessário que, para trabalhar essas matérias, seja-nos dado um mandato específico, seja como Resoluções individuais seja como parte de uma Resolução *omnibus*. O aspecto formal disso não é indiferente, mas é necessário que o conteúdo do âmbito seja considerado e que exista um mandato.

Parece-nos um retrocesso significativo se não tivermos esse mandato no próximo Conselho, por isso fizemos um esforço para simplificar as coisas. Sabemos que há alguns países que têm reservas com respeito a essas matérias, não quisemos resumir nos Projetos de Resolução as reservas dos países para deixá-los o mais limpo possível. Mas isso, de maneira alguma, desabilita que os países que tiverem reservas nessas ou em outras matérias possam manifestá-las por meio de uma Nota verbal à Secretaria, e obviamente será considerada no mérito da mesma.

Não gostaria de entrar por agora, -a não ser que se faça necessário mais adiante - em uma discussão ou em antecedentes de aspectos mais técnicos sobre essas matérias. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação do Chile por essa síntese. Passamos a palavra à Representação do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Obrigado, Presidente. Em primeiro lugar, gostaria de felicitá-lo por haver assumido o cargo de Presidente do Comitê de Representantes, desejar-lhe sucesso e afirmar que certamente vai contar com o apoio de todos nós.

No que diz respeito aos Projetos de Resolução, faço minhas algumas das palavras do Coordenador do Chile sobre os Projetos de Resolução apresentados. O critério que

seguimos foi tentar reproduzir, na medida de nosso entendimento, os avanços alcançados nas reuniões de Chefes de Representação e em todas as reuniões previamente realizadas para contribuir com aquelas, com o critério de que o apresentado tenha o maior grau de aceitação pelas diferentes Representações, mas sabendo que existirão algumas diferenças.

Nesse sentido, estamos apresentando, de acordo com o que discutimos aqui nos meses de outubro, novembro e dezembro, um projeto de resolução do Comitê de Representantes convocando para a Conferência de Avaliação e Convergência. Deixando de lado os “considerando”, o projeto basicamente propõe um ponto 4, a agenda provisória, que é a consideração dos avanços registrados no âmbito do Tratado de Montevideu e das Resoluções 59, 60 e 61 (XIII) do Conselho de Ministros, tendo em conta a evolução do processo de integração na região e na economia internacional.

Essa convocação seria posteriormente referendada com um projeto de resolução do Conselho de Ministros que estabelecerá as diretrizes para a Convocação da Conferência de Avaliação e Convergência. Ou seja, especifica detalhadamente as diretrizes para esse ponto 5 da agenda provisória da Convocação que eu lia e assinala especificamente as linhas, as diretrizes a considerar para a liberação comercial dos países-membros, para as disciplinas relacionadas com o efetivo acesso aos mercados e para as demais normas e disciplinas compreendidas nas Resoluções 59, 60 e 61 (XIII).

Por último, um projeto de resolução sobre o aprofundamento da liberação que tem somente dois resolutivos, em função das discussões realizadas, que instrui o Comitê de Representantes, a partir dos resultados da Conferência de Avaliação e Convergência, a estabelecer antes de uma data determinada, -que seria 31 de dezembro de 2008- as metas para a liberação substancial das relações comerciais no âmbito da ALADI, considerando além das preferências tarifárias, a normativa relacionada com acesso aos mercados etc. E, em segundo lugar, promover, com respeito aos PMDERs, a maior liberação possível no prazo mais curto em seu benefício.

Acreditamos que esses projetos podem ser uma base muito boa para a consideração das Representações e que cumprem com o critério de conseguir, com certeza, o maior grau possível de aceitação por parte das Representações. Nada mais, senhor Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representante Permanente do Uruguai, Embaixador Rodríguez Gigena.

Os senhores têm os Projetos de Resolução, estão identificados com os números CR/dt 202, 203, 204, 205, 206 e 207 e, de forma adicional, os senhores têm na pasta o Relatório da Coordenadora da Reunião dos Representantes Alternos, ao qual se anexam todos os Projetos que estão à consideração deste Comitê. Esse relatório, como se sabe, foi considerado na sessão 984 de 20 de dezembro do ano passado.

Depois de escutados ambos os Coordenadores, ofereço a palavra às Representações para que façam as considerações pertinentes.

Está aberto o direito à palavra.

Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Cassio Luiselli Fernández). Talvez o silêncio provenha um pouco do fato de que é a primeira sessão e da perplexidade que nos causa. Mas, primeiro, muitas felicidades.

Acredito que temos datas complicadas, muito próximas, um ano muito intenso de trabalho, e penso que podemos começar buscando um *modus operandi*, senhor Presidente, de agora até as datas que estão realmente muito próximas. Então, propomos discutir um campo comum a trabalhar, como temos a mesma informação, os mesmos dados, a mesma base de conhecimento dos documentos,

Então, mais do que um comentário específico aos Coordenadores, penso ser necessário buscar um *modus operandi*, do momento ao menos até a data mais importante, que é março e está muito próxima. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação do México. O Embaixador utilizou uma expressão futebolística, então busquemos um campo específico sobre o qual abordar a discussão. Tem a palavra a Representação da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Marcelo Janko Álvarez). Obrigado, senhor Presidente. Também gostaria de me somar às expressões de parabéns pela Presidência e desejar muito sucesso ao senhor.

Gostaria de referir-me à apresentação feita sobre os Projetos de Resolução. Acredito que foi um grande esforço tentar encontrar pontos de consenso, mas em relação à consideração da Representação do México, acredito que tem sentido a fixação de um *modus operandi*. Uma modalidade conveniente para isso seria convocar o quanto antes os Chefes de Representação para analisar detalhadamente cada um dos textos apresentados. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação da Bolívia. Continua aberto o direito à palavra.

As Representações que falaram coincidiram em abordar o... Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (José Humberto de Brito Cruz). Obrigado. Como as Representações que me precederam, também quero felicitá-lo por sua nomeação como Presidente deste Comitê e desejar-lhe todo o sucesso, assegurando que terá a cooperação de minha Delegação. Gostaria também de agradecer o esforço do Embaixador Gonzalo Rodríguez na Presidência exercida nos meses anteriores, por toda a contribuição dada para o avanço nos trabalhos deste Comitê.

Nós recebemos os Projetos circulados, escutamos com muita atenção as apresentações feitas na reunião de hoje pelos Coordenadores e outra vez agradecemos o trabalho de ambos no que reconhecemos um esforço importante de buscar áreas de consenso e contribuir de forma construtiva para que possamos chegar com sucesso ao Conselho de Ministros.

Todos nós sabemos qual a situação na qual nos encontramos, o tempo é escasso, tivemos um processo bastante longo de discussões sobre os temas que estão incluídos nos diversos Projetos. Nós estaremos prontos para passar a um processo de discussão em detalhe dos textos, quando for possível às demais Representações, o que faremos com a preocupação de assegurar que o Conselho de Ministros possa ser uma ocasião importante

para decisões que nos parecem necessárias no âmbito do processo de construção do Espaço de Livre Comércio.

A preocupação que temos, já expressa pelo Embaixador Arslanian na última reunião do Comitê de Representantes do ano 2007, é que, por meio desse processo de preparação de novos textos, passemos por algo parecido com um processo de diluições sucessivas da substância que algum dia existiu nesses projetos, podendo chegar a um resultado que seria demasiado pobre ou demasiado inexpressivo para merecer a atenção dos Ministros na reunião do Conselho.

Nós temos uma grande expectativa em relação ao Conselho e por isso esses Projetos nos parecem essenciais para assegurar que esta reunião tenha a importância que deve ter. Para nós seria um resultado muito decepcionante se chegássemos a algo que poderia ser visto como uma simples repetição em outros termos das Resoluções 59, 60 e 61 (XIII) do Conselho de Ministros. Passaram-se muitos anos, e a Resolução 59 foi importante, indicou-nos um caminho, um objetivo, mas deixou muitas perguntas e devemos enfrentá-las, devemos buscar respostas a essas perguntas, e, sob nossa perspectiva, o lugar onde se devem buscar essas respostas é o Conselho de Ministros. Corresponde ao Ministros dar as definições políticas, definir os linhas para o processo de construção do Espaço de Livre Comércio.

Falou-se muito, aqui, de convocar a Conferência de Avaliação e Convergência. Nós não nos opomos a essa convocação, inclusive nos parecia útil em particular para a tarefa específica do aprofundamento da Preferência Tarifária Regional, mas para nós é muito importante que não se pense que a Conferência pode substituir o Conselho de Ministros em suas responsabilidades e suas tarefas.

O Conselho de Ministros é o órgão supremo da Associação e o órgão responsável pela condução superior do processo de integração, e é aí onde se devem buscar as discussões difíceis. O fato de que algo seja difícil não quer dizer que não deva ser tratado no Conselho de Ministros, ao contrário, o fato que algo seja difícil significa que deve ser tratado e discutido pelos Ministros, e que eles devem buscar, com a preparação que está sendo feita aqui por nós, as definições necessárias.

O Brasil apresentou, precisamente por isso todos já conhecem, várias propostas, e nos textos, na versão atual, já estamos bastante distantes do que gostaríamos para um resultado do Conselho de Ministros. Não obstante, estamos prontos para trabalhar, acredito que os textos possam ser aperfeiçoados ainda, e estaremos dispostos a trabalhar nesta direção na forma decidida aqui.

Em relação ao *modus operandi*, como formulado pelo Embaixador do México, e também pelo Embaixador da Bolívia, certamente podemos explorar diferentes caminhos, mas nossa preferência seria, neste momento, continuar com as discussões no âmbito do Comitê de Representantes. Parece-nos demasiado tarde para buscar caminhos informais ou grupos, e para isso existe o Comitê de Representantes, assim que pareceria, para nós, mais natural e mais adequado continuar com as discussões. Essa seria, então, nossa sugestão sobre como continuar nos trabalhos de preparação, que, repito, para nós têm esta grande importância à luz da expectativa que temos em ocasião do Conselho de Ministros. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Delegação do Brasil. Tem a palavra o Representante do Equador.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Bom dia a todos. No tema em que estamos, acredito que não podemos nos queixar a respeito de aonde chegamos, não podemos nos queixar sobre a pobreza ou diluição da substância, como dizia um pensador argentino, Álvaro Yunque, “sólo quedan palabras sin sustancia, cáscaras vacías” (somente ficam palavras sem substâncias, cascas vazias). Isso não é culpa dos outros, mas sim de todos nós, dos Governos e de nós mesmos, mas esta é a realidade que temos aqui: esses Projetos de Resolução. Disso temos que partir, e não de outra realidade. Essa realidade é um reflexo do que somos capazes agora, penso que o lugar de longos vôos da ALADI é a Conferência de Avaliação e Convergência, uma oportunidade para buscar novos caminhos, com tempo suficiente.

Indubitavelmente coincido que o lugar de tomar decisões de mais alto nível é o Conselho de Ministros. Mas se requer mais tempo, o Conselho de Ministros não é um lugar para que se realizem discussões muito longas e, portanto, faltaria tempo. Certamente os Ministros devem tomar decisões, mas não se pode decidir se não há idéias, se não há propostas prévias sobre as quais discutir, e acredito que isso deve ser feito na Conferência de Avaliação e Convergência.

Coincido com a opinião do Brasil de que tem que ser o Comitê de Representantes o espaço, e não outro, para seguir adiante neste tema. Seria necessário não nos diluirmos em outro lugar, em reuniões de outro tipo, e doa a quem doer, sob meu ponto de vista, em algum momento terá que se chegar a um parto, a uma cesárea dolorosa e, em algum momento, quando o tempo se esgotar, terá que se chegar a uma votação, porque a grande pergunta é como levantar os colchetes. Onde há colchetes quer dizer que há duas posições, então, para mim, esse é o tema apresentado pelo México e pela Bolívia, se há duas posições, se não há tempo suficiente para que haja uma terceira, se não o houve em meses de trabalho, como isso pode ser feito em poucas sessões?

Acredito que o Comitê tem que se fixar um prazo muito curto para a deliberação, e deve utilizar um método para levantar os colchetes, individualmente ou coletivamente, racionalmente. Eu prefiro que seja individualmente, porque já não é momento para discutir cada colchete, senão nos levaria um ano, não vejo outra fórmula para continuarmos. Eu prefiro isso, e em uma votação rápida de um segundo dizer “estão de acordo ou não em levantar os colchetes” em cada um ou em cada texto apresentado e tomar uma posição.

Há algum tempo me inclino por esse método, se vamos deliberar em cada ponto, haveria que postergar novamente a reunião de Ministros e isso não pode ser feito, já há um prazo e não há prorrogação.

Então, como foi formulado o problema do método, eu o retomo e penso que não devemos nos lamentar sobre aonde chegamos, isso é um reflexo do que somos capazes, como América Latina. Se indubitavelmente há essa consciência da pobreza, isso deve ser um estímulo para avançar, não? O que resta? Ir atrás da África? Se não tomamos decisões, se não avançamos nisso que alguns países estão, seriamente, construindo como integração, e não nós, então creio que o método para ganhar tempo é o término das discussões amplas. Esse problema que nós temos existe em nossos Ministérios, nos quais a burocracia acredita que ainda vive a era feudal, quando não se sentia a diferença de um século em uma cidade ou em uma tese. Lamentavelmente esses pensamentos sobrevivem, e os grupos econômicos, os grupos de poder de nossos países, digamos, alguns querem que esses poderes, esses benefícios parciais ou permanentes que foram tidos, continuem. Acredito que, como representantes de governo, temos a obrigação de responder pelo todo da integração, responder pelo todo dos países, e não por uma parte. O que fica como uma parte, temos que salvar para existir, mesmo que tenha que amputar

umas pernas ou uns braços ou o que for, mas não podemos nos deter e permitir que a parte predomine em relação ao todo.

Tocamos neste tema algumas vezes, de como sair desse atoleiro dos colchetes nesse caso concreto dos Projetos de Resolução temos à nossa frente. Eu me inclinaria a isso.

Na Universidade, como professor, eu usava esse método de resolver as coisas em um segundo. Frente a um tema muito discutido, em um segundo era pedido que levantassem a mão os que eram a favor, ficaríamos sabendo os que são contra, e se passaria a outro tema. Esse é um critério frente ao problema de como continuar com os documentos que temos. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador Representante do Equador. A Representação da Argentina tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Roxana Cecilia Sánchez). Muito obrigada, Presidente. Também o felicito pela designação da coordenação deste órgão durante o primeiro semestre, e nos comprometemos a ajudá-lo para o sucesso de sua gestão.

Com relação ao tema que estamos tratando, também queria agradecer a Representação do Uruguai e a Representação do Chile, na qualidade de Coordenadores dos Grupos de Trabalho, pela apresentação desses novos documentos.

Com relação aos mesmos, nós também temos que coincidir que não constituem textos satisfatórios no que diz respeito às aspirações iniciais de nosso país. Nós aspirávamos ter Resoluções que não tivessem somente compromissos de análises futuras, mas sim cursos de ação definidos para as negociações futuras, e tivemos grandes dificuldades em algumas matérias, como todos sabemos, em particular, acesso aos mercados e algumas normas e disciplinas.

No que diz respeito à acesso a mercados, nós havíamos apresentado uma proposta para aprofundamento da Preferência Tarifária Regional, como modo para contribuir para a construção progressiva do ELC, que evidentemente não faz parte desses Projetos. Não obstante, também somos conscientes e reconhecemos o esforço feito em cada uma das instâncias nas quais esses temas e todos os relativos foram trabalhados. Tais temas encontram-se no documento dt 201, intitulado preparatória da reunião do Conselho de Ministros, e estamos dispostos aqui, uma vez mais, a analisá-los para melhorar os textos tendo em vista a próxima reunião do Conselho de Ministros. Isso diz respeito à substância.

No que diz respeito à metodologia, coincido com o expresso pela Delegação do Brasil e pela Representação do Equador, no sentido que o melhor âmbito para o tratamento desses textos, tendo em conta o curto de tempo e os longos debates efetuados em instâncias de Chefes de Representação, em Alternos e em Grupos de Trabalho, é o Comitê de Representantes. Muito obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação da Argentina. Tem a palavra a Embaixadora de Cuba.

Representação de CUBA (Marielena Ruiz Capote). Obrigada, senhor Presidente. Corroboro o expresso pelas demais Representações que intervieram anteriormente em relação às felicitações pela Presidência. Parabenizo também a Representação uruguaia pelo importante trabalho, complicado e conduzido com maestria, desenvolvido nesse

período de seis meses, e os Coordenadores que prepararam estes documentos que temos hoje.

Em relação ao tema de substância, retomando a forma em que devemos empreender a análise dos documentos propostos, considero conveniente retomar o apresentado no último Comitê de dezembro. Lembre-se que, na última parte da reunião, formulamos, depois que chegamos ao convencimento que a melhor fórmula era apresentar estes documentos por meio dos Coordenadores, retomá-los, apresentá-los hoje e na próxima semana, ou seja, com uma semana para que fossem avaliados pelas capitais, poder reunir-nos no Comitê e fazer a avaliação correspondente no Comitê.

Concordamos com a Delegação do Brasil e a Representação do Equador que o Comitê é a instância de discussão desses documentos, e consideramos que, tendo em conta que nos falta somente o mês de fevereiro e que, além disso, há feriados, -análise realizada nessa reunião do dia 20-, nossa proposta seria exatamente que pudéssemos avaliar a convocação de um possível Comitê, quando teriam sido analisados, já com as instruções de nossas capitais, os instrumentos apresentados. Isso era tudo, muito obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixadora de Cuba. A Representação da Colômbia tem a palavra.

Representação da COLÔMBIA (Alfonso Soria Mendoza). Muito obrigado, Presidente. Igualmente felicitamos o senhor pela Presidência de nosso Comitê, e igualmente queremos ressaltar o trabalho de nosso Embaixador Rodríguez Gigena nos seis meses anteriores, e igualmente a equipe do Uruguai, a Representação que realmente colaborou em tudo.

Nós queríamos reiterar as palavras manifestadas no Comitê anterior pela Embaixadora Turbay, ao realçar a importância do Conselho de Ministros, e a importância de chegar a um Conselho de Ministros com substâncias e avanços significativos das Resoluções 59, 60 e 61 (XIII). Igualmente, agradecemos os trabalhos tanto da Representação do Chile como do Uruguai de tentar assimilar os diversos posicionamentos que existem nesses temas para chegar ao Conselho de Ministros. Nós consideramos e apoiamos a metodologia de trabalhar no Comitê de Representantes, sabemos a pressa e importância do tempo, mas pedimos que trabalhemos com calendário fixo para que nós possamos exigir das capitais toda a informação a tempo. Com nossa pressa e com o excesso de trabalho que as capitais têm, devemos aproveitar este começo de ano para dizer "vamos ter Comitê todas as quintas-feiras, ou terças ou quartas", para que nossas capitais nos dêem os insumos necessários. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação da Colômbia. Segue aberto o direito à palavra.

Ao menos pelas intervenções feitas até o momento, acredito não haver problema na questão do âmbito, e menciono o mesmo porque tal tema foi um problema nas Resoluções, sobretudo no que tem a ver com Solução de Controvérsias e Origem, cuja maior discussão foi justamente o âmbito. Acredito que aqui o âmbito, ao menos até agora, está definido: seria o Comitê de Representantes. Ou seja, não trasladaríamos a discussão nem para os Grupos, nem para os Alternos, nem para os Chefes de Representação, e sim ela seria feita no Comitê. Penso que até o momento isso ficou claro.

Há uns projetos que apresentados, tal como se formulou na última sessão de 20 de dezembro, que tiveram os colchetes eliminados e que foram apresentados dessa forma. Ou seja, aqui se poder ia abordar e discutir cada um deles, de maneira franca e aberta, com o

que converteríamos o Comitê de Representantes em uma instância não somente política, mas sim praticamente em uma instância técnica, porque vamos ter que discutir cada um dos Projetos.

Então, poder-se-ia dizer até agora, pelas intervenções feitas, que o âmbito está definido e que isso seria como um rascunho para a discussão. Cuba formulou que poderíamos fazer a reunião na semana que vem, seria na quinta dia 31. Nós poderíamos ficar de acordo que o Comitê trabalharia todas as quintas, penso que essa era uma tradição que às vezes se modificava por determinadas circunstâncias. Mas poderíamos ratificar, como dizia o Representante da Colômbia, que o Comitê trabalharia todas as quintas, teria que ser na quinta 31, e nesse momento decidir quando seria a próxima reunião, porque vem outra festa. Segunda e terça são feriados, isso está sendo informando pela Secretaria, seria a quinta 7.

Aqui, em seu poder, estão os Projetos dos Grupos de Trabalho, faltam os outros Projetos, no caso dos PMDERs estaríamos circulando a proposta, imediatamente, levando em consideração essa decisão de dezembro, sem colchete. Acredito que hoje mesmo, à tarde, poderíamos fazer circular o Projeto dos PMDERs. Teríamos que ver no caso dos outros, como Forças Produtivas, se isso também poderia ser feito, etc. Não sei se a questão do âmbito estar definido é compartilhada, e que esses seriam os rascunhos que, no prazo de uma semana, poderiam ser consultados nas respectivas capitais.

A Representação do Uruguai tem a palavra.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Obrigado, Presidente. Uma breve observação. Estou de acordo com o resumo que o senhor fez da situação, e as reuniões que poderíamos prever para a semana que vem e para a seguinte.

Nesse sentido, e no sentido de avançar, que possivelmente já estão formuladas as consultas às capitais, esses Projetos foram distribuídos na semana passada, nos dias 16 e 18, quer dizer que, certamente, no início dessa semana tomaram-se algumas medidas para fazê-los chegar às capitais. O Uruguai está totalmente disposto no que diz respeito à consideração e à melhora desses Projetos, e entendemos que os mesmos contêm um mínimo para ser apresentado ao Conselho de Ministros, sobre esse mínimo podemos construir para poder melhorar no possível, nos termos considerados pela Delegação do Brasil de alguns compromissos que se pudessem acrescentar aos Projetos.

O Uruguai está de acordo com os Projetos, já estaria disposto a aprová-los tal qual estão, mas estamos de acordo com toda a discussão que faça falta, tendo assim em conta os prazos que estão resultando sumamente peremptórios. Finalmente, assim como a Representação de Venezuela e a Presidência do Comitê fariam circular esta tarde o Projeto dos PMDERs, nós solucionaríamos uma omissão que tivemos, que é de não haver distribuído um Projeto sobre restrições não-tarifárias, que foi um dos temas tratados e que não foi distribuído, e isso faríamos hoje à tarde. Obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Roxana Cecilia Sánchez). Muito obrigada, Presidente.

Com relação às Forças Produtivas, já havia consenso em relação a esse Projeto e já havia sido tratado, inclusive, na reunião de Chefes de Representação. Quando foi tratado em Alternos, principalmente os Projetos que tinham colchetes, a Representação do México

fez uma sugestão nos “considerandos” e uns ajustes que na realidade não foram objeto, digamos, objetos de tratamento. O documento não tem colchetes, ou seja, desde a Coordenação do Grupo de Forças Produtivas nós não estaríamos apresentando um novo documento porque não temos que texto melhorar, simplesmente deveria ser visto, quando se considerasse neste âmbito o Projeto, as observações que o México havia indicado e que não foram tratadas em Alternos. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, Argentina. Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Oscar Quina Truffa). Obrigado, Presidente. A verdade é que há a sensação que neste momento, dadas as observações feitas sobre os Projetos apresentados, -pelo menos assim me parece – de uma idéia de que agora não se sabe onde está a responsabilidade, pelo menos eu não tenho clareza a esse respeito. Acredito que nesses casos é fundamental que assumamos nossas próprias responsabilidades e, nesse sentido, se há países que consideram esses Projetos insuficientes, gostaria de ver uma proposta deles, do que é o que consideram suficiente. Aqui foram realizadas formulações claras a esse respeito, o tempo é um fator negativo, porque se a próxima reunião será na quinta-feira 31, nós gostaríamos que esses documentos, pelo menos em 11 de fevereiro, já estivessem concluídos no âmbito da Secretaria para que fosse possível enviá-los às nossas capitais e obter uma resposta sobre os mesmos. Ou seja, gostaríamos de ver as melhorias feitas sobre esses Projetos o quanto antes por parte daqueles que assinalaram a insuficiência dos mesmos. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação do Chile.

Ainda não decidimos o âmbito, mas até agora, de acordo com as intervenções da maioria, é o Comitê de Representantes. Se, definitivamente, for acordado que é esse o âmbito, a responsabilidade está clara e seria do Comitê de Representantes, que é o responsável em qualquer caso, porque tudo terá que ser aprovado nesta instância e daqui às instâncias superiores. A responsabilidade é de cada um de nós, de cada um dos países, de cada um dos Representantes que está aqui, digo cada um dos países porque nós estamos aqui representando Governos e países.

Agora, no que concerne às observações, creio que se definirmos que o âmbito é este, então, há uma exortação para que aquelas Representações, aqueles países que considerarem esses Projetos insuficientes, expressem suas opiniões.

Acredito que se nos déssemos tempo até quinta-feira 31, depois teríamos a quinta de 7 de fevereiro, não sei se esse é um tempo prudente, se haveria necessidade de convocar um Comitê extraordinário etc. Se estão todos de acordo, isso poderia ser feito e estariam sendo cumpridos os prazos estabelecidos, porque isso é uma realidade, depois que for aprovado no Comitê, terá que ir a cada um dos países porque a instância superior é o Conselho de Ministros.

Chile volta a pedir a palavra?

Representação do CHILE (Oscar Quina Truffa). Sim, obrigado, Presidente. Gostaria de me referir a um alcance que o senhor acaba de fazer, e nossa Representação não tem nenhuma dúvida sobre o fato de que a responsabilidade é do Comitê de Representantes e, portanto, nossa também. Eu me referia a outra coisa, referia-me à responsabilidade de quem faz as coisas, ou quem prepara os rascunhos, ou quem prepara os novos Projetos, eu me referia a isso. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Chile. Está claro agora acerca da responsabilidade. Tem a palavra a Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Sim, uma idéia pode nascer de uma pessoa, que encarna um Grupo de Trabalho, e vai sendo elevada e às vezes se perde quem é o pai da criatura, não? Mas frente a um documento, no Comitê de Representantes não ficam mais do que três opções, ou se aprova o que se acredita ser positivo, porque algo de positivo o documento deve ter, na medida em que não tenha colchetes, esse documento ou qualquer documento na UNESCO, Nações Unidas, onde seja. Pode haver um parágrafo ou uma palavra que seja eliminada e um país qualquer também pode trazer uma idéia, não um Projeto, porque se trouxe um Projeto, penso que seria um caos porque é uma luta de dois Projetos que também teriam, ambos, aspectos positivos ou negativos.

Então, a terceira opção que os países têm é trazer uma idéia, um parágrafo que complemente o documento que se encontra aí, então, não importa de onde saia essa iniciativa. Mas eu sempre defendi que mais do que criticar a pobreza, é importante, como muito bem falou o Representante do Chile, que as melhorias sejam apresentadas para que eventualmente substituam o que se acredita estar mal. Dessa forma penso que podemos avançar.

O que não é plausível e sempre estive contrário, é que de um Projeto de Resolução feito na última hora se tire outro Projeto, porque isso é apagar o esforço do que trouxe uma idéia, o que se discutiu no Grupo de Trabalho, no Comitê e em todos os níveis. Então, aproveitei a oportunidade para dizer duas questões, não importa a idéia de onde venha, mas é uma idéia que temos que enxertar nos documentos que temos, porque isso é o real. O que temos, o que parimos aqui, o que fomos capazes, belo ou feio, não podemos renunciar nem desmerecer os esforços produzidos pelos Grupos de Trabalho, pelos países etc. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representante do Equador. A Representação de Cuba tem a palavra.

Representação de CUBA (Marielena Ruiz Capote). Obrigada, Presidente. Acredito que todos aqui reconhecemos o esforço dos Coordenadores na produção desses documentos que procuram superar as complexas negociações desenvolvidas para alcançar esses documentos que hoje temos, ou seja, o que avaliamos é que as contribuições que venham a ser feitas não podem continuar tornando mais complexa a negociação porque senão não fizemos nada.

O que me preocupa como metodologia para chegar a essa reunião de quinta é que teria que conhecer, se fosse possível com antecedência, as modificações ou o que se quisesse complementar nesses textos, para poder ter uma opinião consolidada. E não vir aqui para fazer, digamos, outra tormenta de idéias, como fizemos no processo precedente, mas sim poder dinamizar e chegar a um resultado, pelo menos nos documentos que hoje temos, -não falo dos que estão faltando-, e que estão sendo já consultados nas capitais. Ou seja, ter concretamente as modificações formuladas, se for possível com antecedência, para poder obter um Comitê efetivo na próxima quinta-feira. Muito obrigada.

PRESIDENTE. Bem, segue em aberto o direito à palavra. Foram formuladas algumas propostas que penso que deveriam ser levadas em conta, em primeiro lugar, sem que isso implique nenhuma posição que limite o espaço democrático que a ALADI significou e significa. É, sim, uma orientação que poderia ser levada em consideração.

O Embaixador do Equador dizia que poderíamos ter três vias, três caminhos, um que cada uma das Representações faça as correções que considere pertinente de forma e de fundo, ou seja, de estilo e substância. Outro é que se houvesse um parágrafo determinado ou uma idéia determinada, poderia substituir-se, e outra opção seria ter um Projeto e apresenta-se outro Projeto.

A exortação é que as duas primeiras sejam os caminhos que escolhamos e não a terceiro. Insisto que nós temos que respeitar, porque estamos falando de países, não estamos falando aqui de posicionamentos pessoais, mas em todo caso seria uma exortação. E a segunda exortação tem a ver com a apresentação feita pela Embaixadora de Cuba, no sentido de que, digamos, pudéssemos estabelecer a essas observações um prazo para que quando venhamos ao Comitê, já tenhamos não somente o que foi apresentado hoje, mas também essas observações que as Representações considerem relevantes.

Nesse sentido, poderíamos submeter à consideração dos senhores o seguinte: que vamos nos dar, de hoje à quinta 31, o tempo necessário para que todas as Representações possam fazer as observações que considerarem pertinentes. Ver-nos-emos nesta quinta, discutiremos, conversaremos, -não sei se poderíamos, ainda, ter um espaço para a troca de idéias-, mas se supõe que cada Representação vai trazer suas opiniões claras e determinar nesse dia se faremos a reunião da quinta-feira 7, como estava formulada, ou faremos uma reunião antes do 7, que poderia ser dia 6, porque o carnaval é na segunda-feira e terça-feira, e trabalharíamos os dias 6 e 7. Isso para que tenhamos um tempo de uma semana para que possam ser feitas as observações e então, os documentos que serão considerados dia 31 já não sejam esses documento de hoje, mas sim com observações que as Representações considerarem procedentes, exortando que não sejam criados Projetos substitutos, mas sim que seja possível enriquecer os Projetos de Resolução que temos, formulando idéias distintas, parágrafos distintos, etc.

Bem, estão à consideração essas idéias, o Embaixador do Equador voltou a pedir a palavra.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Eu havia cancelado essa terceira opção, porque no final o senhor esclareceu, tornando mais completa a idéia que eu havia formulado. A princípio parecia que eu apresentava três opções, mas vejo como três momentos de um processo metodológico. Não era necessário escolher entre os três, mas sim pensar que sempre há uma herança para conservar, outros elementos para eliminar e um terceiro elemento, que diz respeito ao fato de que há direito a essas frases, a essas contribuições. O senhor esclareceu muito bem no final de sua intervenção que o terceiro ponto é incorporar pares, frases, contribuições inovações ao que já existe, mas não criar um Projeto completo novo. O senhor esclareceu o último ponto, mas quero deixar claro o que expressei. Obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Luisa López Moreno). Obrigada, Presidente. Gostaria simplesmente de, no sentido da pergunta da Representação do Chile a respeito de quem faz a tarefa, saber se a dinâmica será a seguinte: as Representações que tiverem observações devem circulá-las para a Secretaria, e a Secretaria coordenará com o Coordenador do Grupo de Trabalho, segundo o tema, para produzir a incorporação, seja em colchetes, com a denominação, isso é proposto pelo Chile, isso por Cuba, quem seja, para vir na quinta com alguma versão de texto onde já estejam incorporadas as observações que os países fizeram. Do contrário teremos que perder mais uma semana

para ver as sugestões que estão sendo feitas pelos países. Digo isso para ganhar tempo, gostaria de saber se essa é a metodologia.

Outro ponto é ver se podemos definir hoje se para este dia de quinta-feira podemos priorizar ou estabelecer uma ordem, porque são 6 resoluções, penso que será impossível ou ver as 6 ou buscar uma ordem, dizendo que comecemos primeiro por normas e disciplinas ou primeiro por origem, e depois vemos o tempo que os Chefes das Representações, os Embaixadores possam ter esse dia para terminar a sessão de trabalho, para que assim também cada Representação possa organizar-se melhor.

PRESIDENTE. Bem, penso que estamos agora neste ponto introduzido pelo Chile e reiterado pela Venezuela.

Gostaria de ver se ficamos de acordo em algumas coisas previamente para ir por partes. Primeiro, o âmbito é este. Nisso, estamos de acordo. Não vamos trasladar isso aos Grupos, aos Alternos, nem aos Chefes. Este é o âmbito no qual vamos fazer as discussões, estaríamos de acordo com isso?

Já é um grande avanço.

Segundo, estaríamos de acordo em fazer a reunião na quinta, dia 31? Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (José Humberto de Brito Cruz). Obrigado. Nós poderíamos participar de uma reunião do Comitê dia 31, mas por razões internas de minha Delegação, permito-me apresentar-lhes, se não for incômodo, a proposta de fazer a reunião na sexta, 1º de fevereiro. Então, se isso fosse possível, para nós seria preferível. Obrigado.

PRESIDENTE. Bem, surgiu outra proposta. Tem a palavra a Representação da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Marcelo Janko Álvarez). Obrigado, senhor Presidente. Sobre a proposta do Brasil, a Representação da Bolívia teria dificuldades para fazer a reunião na sexta, preferíamos que mantivéssemos a data combinada, qual seja, quinta dia 31, se fosse possível. Obrigado.

PRESIDENTE. Brasil, não poderia fazer um esforço para 31? Porque se fosse possível, estaríamos falando de tempo a mais.

Delegação do BRASIL (José Humberto de Brito Cruz). Sim, como eu disse, nós podemos fazê-lo na quinta-feira dia 31, preferimos na sexta, mas se é impossível para outras Representações, aqui estaremos na quinta. Obrigado.

PRESIDENTE. Agradecemos, portanto, ao Brasil. Estamos de acordo que será dia 31. Então, esse é o segundo acordo de hoje.

Terceiro, as bases das Resoluções estão aqui apresentadas até agora, as outras não vão modificar a forma de apresentação dessas, porque as outras igualmente vão ser apresentadas eliminando os colchetes, assim que hoje cada um desses Projetos, o de PMDER, o de Forças Produtivas e os outros, podem ser apresentados hoje à tarde. De todas as maneiras, no caso de Forças Produtivas teria que enviá-lo hoje à tarde igualmente, mesmo que esteja no Relatório dos Alternos. Estaríamos de acordo também que essa seria a base para a discussão?

Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (José Humberto de Brito Cruz). Obrigado. No que se refere a eliminar os colchetes dos demais Projetos, penso que as situações são um pouco diferentes. No caso dos textos apresentados hoje, na área de normas e disciplinas e acesso a mercados, houve um esforço dos Coordenadores para buscar um texto novo que levasse em conta as expressões feitas pelos países nas reuniões anteriores.

Agora, com o texto dos PMDERs se poderia o mesmo, ou seja, talvez o senhor, como Coordenador, pudesse circular um novo texto tendo em conta as discussões que já foram produzidas sobre o tema, porque tomar uma decisão aqui de eliminar os colchetes em geral, eu não estaria em condições de aprovar, porque no texto sobre PMDER há um colchete que foi solicitado por minha Delegação, mas se o senhor, como Coordenador, sob sua responsabilidade, quer apresentar uma proposta, que a seu modo de ver possa refletir o consenso, nós a receberemos com muito prazer.

PRESIDENTE. Obrigado, Delegação do Brasil. Tem a palavra a Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Luisa López Moreno). Presidente, em relação ao comentário que a Delegação do Brasil está fazendo, nós diríamos, como Coordenação, que poderíamos assumir um pouco a reflexão feita pelo Embaixador Arslanian na última reunião do dia 20, na qual mencionou que o ponto de partida para eliminar os colchetes e buscar os textos mais ou menos concordados, que permitissem Resoluções mais limpas, pudesse ser a última sessão onde os Chefes encomendaram a tarefa aos Alternos, e ali simplesmente o que havia na Resolução do PMDER era a observação que o Brasil havia feito sobre o texto de acesso a mercados, que na reunião do mesmo 20 de dezembro o Embaixador Arslanian explicitamente comentou, nessas últimas duas reuniões, que fosse possível eliminar esse texto porque se supunha que estava incorporado sem nenhum problema na Resolução de Acesso a mercados.

Então, pode ser isso o que havíamos conversado para simplificar um pouco o trabalho da eliminação de colchetes, porque entendemos que há resoluções de acesso a mercados e normas e disciplinas que tinham maior quantidade de colchetes, e os Coordenadores basicamente tiraram dali mínimos consensos para agilizar a discussão.

A Resolução do PMDER, que nossa Representação vai circular esta tarde, para submetê-la à discussão novamente do Comitê, abrange, de certa maneira, essa última reflexão feita de que o mínimo, a base para fazer a eliminação de colchetes ou buscar os textos mais concordados, era a última reunião de 13 de novembro. Não lembro se essa é a data, quando havia uma base mínima de acordos, e quando simplesmente, pelo menos no caso do PMDER, não havia colchetes. O único colchete que havia era esse e entendo que a Delegação do Brasil, na última reunião de dezembro formulou que como estava incorporada na de Acesso a mercados, o texto podia ficar lá e poder-se-ia eliminar esse parágrafo em PMDER. Ou seja, acredito que possamos fazer dessa maneira e que discutamos no Comitê novamente, porque o debate ainda está aberto.

PRESIDENTE. Segue em aberto o direito à palavra.

De todas as maneiras, queria comentar algo, brevemente. O esforço para possibilitar uma discussão, para ter documentos-base para a discussão tem que ser um esforço coletivo, um esforço de todos. Por exemplo, menciono isso porque nós o dissemos reiteradas vezes, que nosso país não tem disposição de avançar, por exemplo em acesso a mercados e sobretudo de serviços. Para nós, essa Resolução teria colchetes desde os

"considerandos" até os "resolve", porém isso está aí sem colchetes. Além disso, dissemos que o âmbito agora é o Comitê de Representantes, e aqui foi apresentado um conjunto de Projetos de Resolução, e até agora nossa Representação não fez nenhuma consideração quando há muitos desses Projetos onde nós temos colchetes, mas aceitamos porque esse foi o espírito da discussão da sessão de 20 de dezembro, qual seja, que pudéssemos apresentá-lo assim.

Digo isso porque creio que aqui temos que agir todos em igualdade de condições e no caso dos PMDERs o que procede, como procede no resto, é que seja circulado sem colchetes, e que aqui discutamos todos, não somente os PMDER, porque repito, a Venezuela tem observações em muitos dos outros documentos e até agora não colocou colchete, mas como a decisão foi que isso agora vêm a este âmbito, aceitamos essa discussão coletiva aqui. Então, digo-lhes para que façamos uma reflexão coletiva e entendamos que, assim como uns fazem esforços, os outros também têm de fazê-los.

Tem a palavra a Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Acredito que não é o momento das discussões coletivas, não é o momento para refletir muito, esse momento para mim está quase esgotado, devemos ir para a outra fase, o momento de tomar as decisões sobre o que foi pensado. Esses trabalhos implicam um esforço de muitos, e devemos dizer o que se quer como país sobre esses pontos, e qualquer país é soberano em estar em desacordo em qualquer parágrafo ou na totalidade de um documento.

Acredito sinceramente que não é o momento para a discussão geral. Acredito que os esforços vindouros serão para considerar parágrafos substitutivos ou adicionais ou os documentos que se encontram e fixarmos um prazo muito curto nesses textos novos para discutir.

Eu nunca empreguei a frase, "pobreza dos documentos", mas sim o que fomos capazes de produzir. Então, o que fomos capazes de produzir, nem isso vai ficar, porque corremos o risco das discussões bizantinas da Idade Média. Na Idade Média, houve uma discussão que durou mais de um século, e era ver quantos anjos entram na ponta de uma agulha, outra discussão foi o sexo dos anjos, isso levou mais séculos. Acredito que não é momento de discutir. Eu iria apresentar algo e aproveito para dizer que depois da semana nós vamos fazer uma pausa. Eu sou da idéia de que nos reunamos duas vezes, não na quinta, mas sim na terça e na quinta, e aí podemos ganhar muito, que a partir da festa -que não podemos cancelar – nós não podemos nos dar o luxo de nos adaptar à festa, caso tivessem duas semanas de duração, quando há um compromisso como país.

Proponho que depois dos encontros, nos reunamos duas vezes na semana por mais duas semanas. Depois, isso pode ser dado como finalizado, esgotado e, se ao cabo dessas duas semanas, tivermos que votar, temos que decidir. Inclusive há uma idéia que vamos adotar, que falei a meu Alterno, para ganhar tempo e a proponho aqui, mas é um exercício que os convido a que façam por sua conta, sugiro aos senhores que em cada parágrafo dos documentos que os senhores têm ponham um não e um sim. O sim significa que estão de acordo e o não, em desacordo, e gostaria que na penúltima reunião pudéssemos entregar à Secretaria esse documento para saber que votação há. É prévio à discussão, para, nas últimas reuniões, saber por onde nos inclinamos, que porcentagem há de aceitação de cada parágrafo antes de entrar nas duas discussões finais, mas já sabendo, de antemão como anda a coisa, porque se sabemos que em uns parágrafos 100% está de acordo, o que vamos discutir e analisar nesse parágrafo? Ou se há colchetes que 80% ou 70% estão de acordo, como vamos conseguir que esse 80% chegue a 90%?

É uma idéia que proponho como exercício, nós vamos fazê-lo em cada parágrafo. Poderia servir para as discussões finais isso, sem nenhum compromisso do que pensa cada Representação, na penúltima sessão eu sugeriria que entregássemos à Secretaria para que tabule, e quando viermos a estas reuniões finais, saber mais ou menos o que as Representações pensam, pôr o que pensa aí, A, R, G, ou pôr tão somente a porcentagem, 7 estão a favor, 5 contra. Poderia ajudar, isso não impossibilita a discussão na votação, mas sim adiantarmos para que saibamos as porcentagens em que estamos nos momentos finais, antes de uma tomada de decisão. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador. Eu diria ao Embaixador, de brincadeira, o seguinte: se ele sabe o sexo dos anjos, por favor, informe-nos porque a discussão ainda continua.

Segue aberto o direito à palavra. O Secretário-Geral havia pedido o direito de palavra, doutor Operti.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. Mais do que exercer o direito à palavra, eu tentarei neste momento ter a maior clareza possível em relação a qual é o trabalho que o Comitê deve, organicamente, levar a cabo, como já praticamente foi decidido e junto a este, naturalmente, apoiando seu trabalho a Secretaria.

O senhor ensaiou um resumo de três pontos e acredito que ficou um quarto, senhor Presidente –e além disso aproveito para desejar-lhe sorte na condução desses trabalhos finais prévios ao Conselho- que é o tema da responsabilidade, que sua Representação considerou especificamente e alguma outra Representação também fez referência a isso.

Eu queria dizer o seguinte: evidentemente agora devemos fazer um trabalho um tanto silencioso, já que não vai haver Grupos, Alternos, nem Chefes de Representação, mas sim simplesmente Comitê, portanto, haverá um trabalho provavelmente, eu me animaria a dizer, de contato direto, das Representações que assim o entendam com a Secretaria, assumindo que não estão sendo apresentados novos Projetos, assumindo que a base de estudo ou de consideração são os Projetos que temos hoje, mas assumindo também que esses não estão fechados, o que é um pouco diferente, aí há um matiz que me parece que vale a pena diferenciar, não se trata de que esses textos já contenham com uma aprovação primária neste âmbito, neste momento. Trata de aceitá-lo sim como a matéria-prima sobre a qual trabalhar e, além disso, logo teríamos o outro elemento, que não seria acrescentado a esse set de Projetos, novos Projetos, mas sim novas idéias ou modificações, diria eu, que possam ser compatíveis com o coração mesmo de cada Projeto, ou seja, que não voltássemos o relógio para trás, penso que essa é um pouco a idéia que esteve permeando todo intercâmbio realizado aqui.

Finalmente, se entendemos bem, senhor Presidente, o que seria o trabalho da Secretaria nesta instância é estar atenta a observações ou comentários que as Representações tiverem, para fazer chegar à Secretaria, repito, não sob a forma de novos Projetos, isso sim teria a dificuldade antes mencionada, mas sim como uma espécie de adiantamento à identificação de onde estão ainda, onde permanecem ainda pendentes alguns pontos que podem registrar um maior debate. Creio que a Secretaria pode se comprometer com a tabela proposta, mas não poderia comprometer-se com uma tabela prematura das opiniões das Representações sobre os Projetos, porque isso seria realizar um exercício que não é próprio da Secretaria. É aqui dentro onde devem ser processadas as aproximações e as concordâncias. Isso é o que eu queria dizer, Presidente, para estar claro o que cada um tem, a partir de hoje, sob sua responsabilidade.

Por fim, e sim isso é o último, algumas das Resoluções requerem certo exercício, como se diz nas Nações Unidas, mesmo que a palavra seja um tanto ambígua e às vezes teria que a evitar, mas eu vou empregá-la porque todo o mundo a conhece, que é um exercício de *toilettage*, e sobretudo, depois de ter falado do sexo dos anjos, isso ainda é mais complicado. Esse exercício de *toilettage* que deve ser feito, a Secretaria está disposta a fazê-lo. Quando digo isso, não é mudar substância, por favor, não estou anunciando nenhuma alteração, mas sim, simplesmente, dar, em alguns casos, uma formulação um tanto mais precisa. Era isso o que queria dizer, Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Secretário-Geral.

Bem, havíamos avançado em alguns acordos, as bases que são esses Projetos, a reunião da próxima quinta-feira. Gostaria de escutar opiniões sobre a ordem da discussão dos Projetos, os senhores têm uma ordem que está estabelecida de acordo à numeração, começaríamos com o dt 202, 203 até o 207 e depois teríamos que acrescentar PMDEs, que poderia ser dt 208; Forças Produtivas, dt 209 e o de Restrições não- tarifárias, dt 210. Escuto opiniões, se estamos de acordo com isso ou se consideramos alguma outra ordem.

Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Obrigada, Presidente. Na realidade, não teríamos problema com a ordem que o senhor anunciou, mas estaria faltando outro, o de serviços não está distribuído. Então, gostaríamos de saber qual é o motivo. Obrigado.

PRESIDENTE. Adiante.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Obrigado, Presidente. Com serviços aconteceu um pouco o que a Argentina mencionava com respeito a Forças Produtivas, ou seja, não havíamos chegado a uma redação que aparentemente tivesse acordo generalizado, exceto por alguma Representação que havia feito uma reserva geral sobre o Projeto. Também o distribuiremos esta tarde, de qualquer maneira.

PRESIDENTE. Bem, para seguir a enumeração, será dt 211. Estamos de acordo com isso?

Há um tema considerado aqui que tem a ver com a maneira de fazer o trabalho, vamos utilizar uma expressão que utilizamos muito no mundo acadêmico, não sei aqui, que é de "carpinteria" (carpintaria), mesmo que, obviamente, não se trate disso, porque certamente algumas Representações considerarão questões de fundo, substâncias, como mencionado várias vezes, mas em todo caso como o âmbito agora é o Comitê, creio que o que procederia seria apresentar algumas observações ou as observações, um pouco pela exortação feita que não sejam Projetos alternativos, mas sim sobre o que está considerado, de hoje a quinta, não sei se poderíamos estabelecer -hoje é quinta- até terça ou quarta de manhã, dependendo da Secretaria, teria que ser até terça.

Cada Representação apresentaria as observações que considerar pertinente, e corresponderia à Secretaria elaborar, trabalhar esses documentos para que nós pudéssemos tê-los com as observações, com as considerações, as idéias, e as propostas feitas tomando como base os considerados, porque o outro seria que nos déssemos o tempo até quinta e então que se filtrasse toda essa informação aqui e ali, de acordo com o que ocorresse nesse dia poderíamos fazer uma reunião 6 e outra 7, em princípio a proposta é que se faça uma 31 de janeiro e outra 7 de fevereiro.

Gostaria de escutar opiniões neste sentido, qual seria a melhor metodologia que poderíamos utilizar, se damos tempo até terça, e terça se entrega, a Secretaria trabalha e na quinta se apresentam já trabalhados os documentos com as observações, ou damos tempo até quinta, abrimos a discussão aqui e cada uma das Representações apresenta suas considerações diretamente ao Comitê.

Está aberto o direito de palavra. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (José Humberto de Brito Cruz). Obrigado. Para responder a pergunta, a preferência de minha Delegação seria claramente pela segunda opção, porque embora tenhamos muita confiança na capacidade da Secretaria, eu acredito que o momento já não está para este tipo de intervenção, mais bem, é o que deve ser feito, como disse o colega do Chile, que cada um assuma suas responsabilidades, cada país chegará aqui na quinta e dirá o que pensa sobre cada parágrafo específico e tentaremos encontrar o que pode ser aprovado pelos doze. Este me parece ser o procedimento que a esta altura é o mais recomendável. Obrigado.

PRESIDENTE. Sim, obrigado, Brasil. Segue aberto o direito à palavra, e há uma proposta concreta. Alguém não está de acordo com essa proposta?

Tem a palavra a Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Acredito que as duas propostas que o senhor considerou não se opõem. Aqueles que previamente tiverem elaborado uma idéia, podem entregá-la à Secretaria e há a vantagem de que nós a teremos, e os outros terão como prazo final a própria reunião para que considerem os temas. Eu diria, portanto, que as duas idéias não se opõem.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (José Humberto de Brito Cruz). Obrigado. Só um esclarecimento. Eu estou de acordo, creio que não há oposição, pode-se estabelecer como um convite às Representações que busquem o quanto antes considerar suas idéias, mas eu acho que quando decidimos o âmbito da discussão, ou seja, fazê-la no Comitê de Representantes, uma das vantagens deste âmbito é precisamente que o Comitê tem seu regulamento, que ordena e define todas essas questões, em que momento se podem considerar propostas, como se devem discutir as propostas, e eu acredito que não teria muita utilidade que nós nos coloquemos aqui para refazer o Regulamento do Comitê. O Comitê tem suas regras de funcionamento e trabalharemos em conformidade com estas regras. Obrigado.

PRESIDENTE. Creio que estamos de acordo. Estaremos na próxima quinta aqui voltando com esse e todos os documentos, ficaram de repartir os documentos as Representações que ainda não o fizeram. Na próxima quinta, então, está convocado o Comitê. Já sabemos, então, que o âmbito é o Comitê e se alguém quiser apresentar antes, como se impedirá que o faça? Estabelecemos a ordem, as bases, o âmbito, e a reunião na próxima quinta 31 no horário de praxe, quinze para as dez da manhã.

Se estivermos de acordo com isso, passaríamos ao último ponto da Ordem do Dia. A Delegação do Brasil tem a palavra.

Delegação do BRASIL (José Humberto de Brito Cruz). Somente para solicitar um esclarecimento. Como ficou a questão dos colchetes do texto? Minha Delegação fez uma

consideração, logo houve um comentário da Venezuela e não ficou claro como estamos nisso. Obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Luisa López Moreno). Bem, pensávamos que não era momento para discutir cada Resolução, estamos fazendo um comentário genérico de uma Resolução que não circulamos. Entendo que cada Coordenador, fazendo as considerações dos últimos acordos, fez novas versões com os textos maiormente concordados e suprimindo alguns colchetes. Então, nesse mesmo espírito, nós circularíamos nesta tarde uma versão de PMDER para consideração das Representações no momento que considere a ordem no Comitê de Representantes.

PRESIDENTE. Esclarecido o assunto ou a inquietude, se não há outra opinião sobre este ponto número seis, passaríamos ao seguinte.

7. Assuntos Diversos

...Tem a palavra o Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. Somente a título informativo em Assuntos Diversos, a Organização Mundial de Comércio ofereceu à Secretaria-Geral organizar um curso regional sobre compras governamentais dirigido a países da América Latina, tal como se levaram a cabo os últimos cursos sobre distintos temas em 2007. As datas propostas são os dias 23 a 25 de abril ou 20 a 22 de maio, datas alternativas. Os instrutores ministrariam o curso em inglês, logo se deve prever a necessidades de intérpretes simultâneos. O Projeto financiaria a participação de um ou dois representantes governamentais por país, naturalmente, quando do recebimento do programa do curso, a Secretaria-Geral o fará chegar por meio da forma pertinente às Representações, uma vez que seja comunicado, reitero, pela OMC.

Naturalmente essa data excede o prazo do atual mandato da Secretaria-Geral, pelo menos no que diz respeito ao Secretário-Geral, portanto, nossa opinião nisso é preparatória, em todo caso, e não tem outro valor mais que esse. Vemos de maneira positiva esse curso, já fizemos isso em outros temas e nos parece que é uma boa oportunidade de trabalhar nesse assunto. Somente isso, Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE. Ouvida a intervenção sobre esse curso, se alguém quiser acrescentar algo, caso contrário, chegamos... perdão, a Representação do Chile tem a palavra.

Representação do CHILE (Oscar Quina Truffa). Obrigado, Presidente. Gostaríamos de conhecer o *pensum* do curso. Obrigado.

PRESIDENTE. Bem, creio que não há problemas sobre isso.

Não havendo outros comentários ou opiniões, agradeço aos senhores pela presença, e nos veremos na próxima quinta-feira.